

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Reunião n.º 62

🕒 **Início:** quarta, 5 fevereiro 2025 | 02h00

🏠 **Local:** Sala 8

☰ **Secção:** Comissões Parlamentares

1. Apreciação e votação da ata n.º 61;
2. Fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 42/XVI/1.ª \(GOV\)](#) – Autoriza o Governo a transpor parcialmente as Diretivas (UE) 2020/285 e (UE) 2022/542, sobre o regime de isenção do imposto sobre o valor acrescentado aplicável às pequenas empresas;
3. Apreciação da Nota de Admissibilidade e eventual nomeação de relator da [Petição n.º 138/XVI/1.ª](#) – Pela proibição da cobrança de taxas na amortização de créditos de qualquer natureza; (Cabe ao GP PS)
4. Definição do prazo para apresentação de propostas de alteração no âmbito do processo de apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 93/XVI/1.ª \(L\)](#) – Altera a Lei n.º 64/2014, de 26 de agosto, alargando o regime de concessão de crédito bonificado à habitação aos membros do agregado familiar que coabitam com a pessoa com deficiência;
5. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 49/XVI/1.ª](#) – *Por uma Caixa Geral de Depósitos ao serviço do País que valorize os seus Trabalhadores* e debate nos termos do artigo 24.º-A da LEDP;
Relator: Carlos Brás (PS)
6. Definição da metodologia de discussão do [Projeto de Resolução n.º 586/XVI/1.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo que pondere o aumento da restituição do IVA suportado pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), nos termos do n.º 2 do artigo 128.º do Regimento;
7. Designação de relator do [Projeto de Lei n.º 471/XVI/1.ª \(PAN\)](#) – Altera o Código dos Contratos Públicos por forma a criar mecanismos que limitem a perda de recursos públicos para paraísos fiscais e do [Projeto de Lei n.º 478/XVI/1.ª \(L\)](#) – Altera o Código dos Contratos Públicos alargando os impedimentos à contratação às entidades domiciliadas em paraísos fiscais;
Cabe ao GP PSD
8. Designação de relator do [Projeto de Lei n.º 475/XVI/1.ª \(BE\)](#) – Regime de proteção dos consumidores na alienação de créditos a terceiros;
Cabe ao GP PS
9. Designação de relator do [Projeto de Lei n.º 480/XVI/1.ª \(CH\)](#) – Altera a Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, estabelecendo um mecanismo de auditoria permanente dos serviços do Estado;
Cabe ao GP IL

10. Declaração de retificação da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2025);
11. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP BE para audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças sobre as intenções do governo relativamente à venda parcial do Novo Banco e a potencial envolvência da Caixa Geral de Depósitos;
12. Outros assuntos.